



CÂMARA MUNICIPAL DE
FORTALEZA

Opinião

Direto ao ponto

www.opinioaoce.com.br

JUNHO DE 2024



Aposte a câmera do celular para o QR Code, navegue no portal Opinião e veja este material e outros conteúdos.

SEGURANÇA, DIREITO E DEVER:

DIÁLOGOS PARA UMA FORTALEZA MAIS PROTEGIDA



EDITORIAL

SEGURANÇA: É PRECISO SALVAR A JUVENTUDE

O cinema não é somente entretenimento. O roteiro de um filme contém realidade, pesquisa e filosofia. Imaginem, na década de 70 as famosas produtoras de filmes lançavam películas sobre viagem ao espaço. Hoje, algo comum. Os filmes pareciam preparar o mundo para o futuro tecnológico.

Nos roteiros mais requintados nos anos 80, filmes contavam histórias de bandidos que ficavam ricos falsificando e contrabandeando bebidas, principalmente Whisky, e sonegando impostos com o apoio da polícia, da justiça e de outros servidores públicos corruptos. O personagem Eliot Ness foi um agente do Tesouro Americano famoso por ter sido líder de uma equipe lendária apelidada de Os Intocáveis pela participação na prisão do gângster Al Capone. A cena está no nosso cotidiano.

Nos primórdios do cinema em Paris, onde surgiram os filmes de faroeste, eles eram sucesso. Mostravam quadrilhas que assaltavam bancos e ocupavam cidades expulsando seus moradores. Vivenciamos isso hoje.

Fomos buscar no cinema do passado histórias de mocinhos e bandidos para refrescar nossas mentes sobre a origem da violência. Algo que, de forma paralela, nos acompanha no cotidiano estressante da convivência urbana na atualidade. É aquela velha máxima: "a arte imita a vida".

Trazendo para os novos tempos, temos o celular, útil para tudo, inclusive para o mal. As "telas" são um risco para crianças e adolescentes. Produtos que só visam lucros estão atrelados à violência. Infelizmente, não temos cultura de paz no planeta. Para muitas correntes de pensadores, o celular destruiu profissões, está desconstruindo famílias e se tornando poderoso construtor de menores infratores.

O que não se pode esconder nos cenários de filmes, no videogame ou mesmo nos vídeos e nas palavras de influenciadores digitais em celulares e computadores é que o bandido ou vai para a cadeia ou morre.

Claro que, entre a cadeia e a morte, os criminosos usufruem de uma mordomia financiada por roubalheira, corrupção ou mesmo recursos arrecadados com a venda de drogas e armas. É bom ressaltar que os maus exemplos são espelhos para o crime.

Em nosso convívio nesta década, assistimos ao engrandecimento das chamadas facções e milícias. São organizações criminosas que substituíram as quadrilhas dos tempos do faroeste, os contrabandistas de armas, os bicheiros combatidos por Eliot Ness em Chicago. Se o leitor fizer uma comparação, só mudou o formato. Os tipos de crimes são os mesmos e o Estado é o protagonista nos seus diversos níveis de poder.

A facção surgiu porque a porta da corrupção está sempre aberta para o crime. Burlar a lei e os princípios básicos da ética - que são os mandamentos da vida harmônica em sociedade - resulta sempre em tragédia. É a busca pelo benefício rápido, sem o esforço do trabalho. No mundo do crime, sobram ousadia e esperteza, mas nem sempre todos se dão bem.

Estamos perdendo boa parte da nossa juventude, que está protagonizando roteiros de filmes sangrentos nas periferias das cidades. O Estado não cuidou desses adolescentes e os pais não conquistaram o devido ganho em meio ao capitalismo para oferecer a escola, a cultura, a igreja. Foram educados para o crime e por criminosos. Neste momento, em que nos preocupamos, algo nos desperta: a violência bateu à porta dos responsáveis pela construção do abandono das crianças miseráveis da periferia, que mereciam atenção diferenciada.

O mais grave nessa juventude hipoteticamente perdida para as facções e milícias é que ela odeia o Estado, os políticos e as autoridades. Nos cabe, nesse momento, refletir, identificar os locais onde esses jovens estão nas suas comunidades, oferecer o acolhimento, cuidar de quem pode ser salvo e pensar numa geração melhor para não termos uma guerra urbana fratricida.

Ainda há tempo de corrigir os erros, de assumir o controle, de reescrever os roteiros. Ações individuais e coletivas têm sido feitas. Em meio ao caos, há, sim, exemplos de superação, histórias de resgates, vidas salvas, estratégias e ações policiais de inteligência. Qual o caminho para recuperar a sensação de segurança? Certamente ele passa pela soma de esforços, pelas ações coletivas e multidisciplinares, pelo olhar global, pela lente de longo alcance que enxergue passado, presente e futuro.

O QUE NÃO SE PODE ESCONDER NOS CENÁRIOS DE FILMES, NO VIDEOGAME OU MESMO NOS VÍDEOS E NAS PALAVRAS DE INFLUENCIADORES DIGITAIS EM CELULARES E COMPUTADORES É QUE O BANDIDO OU VAI PARA A CADEIA OU MORRE.

EXPEDIENTE

GRUPO DE COMUNICAÇÃO OPINIÃO CE

Presidente: ROBERTO MOREIRA

Diretora-geral: ELBA AQUINO

Diretora Comercial: ROSSI DANTAS

Gerente de Projetos em Comunicação e Marketing: JOÃO MAROPO

Editores: DELLANO RIOS, FERNANDA ALVES E RODRIGO RODRIGUES

Administrativo: JÚNIOR SANTOS

SEGURANÇA DIREITO E DEVER: DIÁLOGOS PARA

UMA FORTALEZA MAIS PROTEGIDA

Edição: DELLANO RIOS E RODRIGO RODRIGUES

Textos: ANTÔNIO RODRIGUES

Revisão: LARISSA NÓBREGA

Imagens: NATINHO RODRIGUES, DIVULGAÇÃO

e GETTYIMAGES

Projeto Gráfico e Diagramação: JOÃO MAROPO

Endereço: Rua Professor Dias da Rocha, 1097B -

Bairro: Aldeota. CEP: 60170-285. Fortaleza-CE

CNPJ: 45.114.358/0001-83 Tel. redação: (85) 3037 9117.



Há pouco mais de um ano, a Câmara Municipal de Fortaleza (CMFor) dava o pontapé inicial no projeto “Meu Bairro, Nossa Câmara”, na Barra do Ceará. A iniciativa surgiu para aproximar o parlamento municipal da população e oferecer a ela uma série de serviços do órgão legislativo e de seus parceiros, como emissão de documentos, realização de exames preventivos de saúde e orientações na área do empreendedorismo.

De lá para cá, foram realizadas 11 edições, uma por mês, buscando percorrer as 12 regionais da capital cearense e tendo como principais tarefas oferecer um espaço de escuta ativa da população e estreitar o laço entre os vereadores e os cidadãos. Além disso, um dos órgãos da Casa Legislativa, a Ouvidoria da CMFor, cumpriu o importante papel de formalizar sugestões e ouvir as demandas dos fortalezenses.

“O vereador está todo dia na cidade, mas tem um espírito diferente quando nós, vereadores, assessores e servidores saímos e reproduzimos parte da estrutura física Câmara, quando vamos para os bairros para ouvir o cidadão e levar os serviços da Câmara. O parlamento tem que ter uma escuta frequente”, defende o presidente da CMFor, o vereador Gardel Rolim (PDT).

Foi a partir dessa escuta que a CMFor, por meio da Escola do Parlamento (EPFOR) e da organização da Editora Fórum, promoveu, no último dia 7 de junho, o Fórum Municipal de Segurança Pública, que reuniu parlamentares, servidores do poder legislativo, pesquisadores e cidadãos em geral para debater o avanço da violência no Ceará. “Foi um debate extremamente rico”, avalia Gardel.

“E por que fizemos ele? Porque conseguimos capturar no ‘Meu Bairro, Nossa Câmara’, pesquisando com a população, que a segurança pública é um problema real, gravíssimo. As nossas pesquisas apontam segurança pública se não o pior problema, como entre os piores problemas da cidade”, justificou o parlamentar, exemplificando a gravidade da situação: “As pessoas estão preocupadas e procuraram os servidores e vereadores. Teve uma mulher,

por exemplo, dizendo que está com dificuldade para atravessar o bairro. Tem que levar sua filha ao posto de saúde e é impedida de adentrar (pelas facções)”. O Fórum Municipal de Segurança Pública contou com a presença de autoridades nacionais atuantes, como o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Flávio Dino, que abordou sobre a visão da Suprema Corte e do Supremo Tribunal de Justiça (STJ) em relação à segurança pública em nível

nacional e municipal. Além dele, palestraram pesquisadores renomados na área, como Flávio Saporì, doutor em Sociologia ex-secretário adjunto de Segurança Pública de Minas Gerais, Alberto Kopittke, doutor em Políticas Públicas e mestre em Ciências Criminais.

Gardel acredita que, apesar dos vereadores não terem uma responsabilidade direta com a segurança pública, pro-

mover um espaço para discutir o tema deu importante contribuição para quem acompanhou. O público-alvo, além dos próprios parlamentares, foi assessores da CMFor e cidadãos comuns por meio de inscrição gratuita. “O debate abriu nossos olhos, inclusive os meus, principalmente para o papel da Guarda Municipal, de ter uma guarda mais ativa, efetiva, funcionando como uma polícia comunitária. Essa é a visão que conseguimos capturar”, detalha o presidente da Câmara.

O parlamentar acredita que o Fórum serviu para compreender melhor o problema. “Eu saí mais convicto e, de alguma forma, a gente consegue capturar o sentimento da população e traduzir, se não em um projeto de lei, em um debate”, enxerga.

Para o presidente da Câmara de Fortaleza, o debate sobre a segurança pública deve ser desassociado de “paixões políticas e partidárias”, reforça. “Esse é um problema real, talvez um dos maiores do Brasil e da América Latina”, completa.

CMFOR PROMOVEU FÓRUM PARA DEBATER A SEGURANÇA PÚBLICA

INICIATIVA SURTIU ATENDENDO A UMA DEMANDA POPULAR,
APONTADA PELOS MORADORES DA CAPITAL CEARENSE
DURANTE O PROJETO ‘MEU BAIRRO, NOSSA CÂMARA’



Gardel Rolim:
“O parlamento tem que
ter uma escuta frequente”
FOTO: OPINIÃO CE



FLÁVIO DINO DEFENDE ATUAÇÃO DA GUARDA MUNICIPAL COMO POLÍCIA COMUNITÁRIA

O EX-MINISTRO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA E ATUAL MINISTRO DO STF PARTICIPOU DE UM PAINEL SOBRE SEGURANÇA PÚBLICA, A CONVITE DA CÂMARA DE FORTALEZA

“A segurança pública é um tema perene. Atravessa as sociedades e vai continuar, independentemente de eleições, partidos, governos, atuação de juízes, promotores e defensores. E ela vem ocupando, cada vez mais, a preocupação da sociedade”. A avaliação é do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Flávio Dino. Ministro da Justiça e Segurança Pública no primeiro ano da atual gestão Lula, Dino foi um dos convidados do Fórum Municipal de Segurança Pública, realizado no começo de junho. O evento foi promovido pela Câmara Municipal

de Fortaleza (CMFor), por meio da Escola do Parlamento (EPFOR), e organização da Editora Fórum.

Por sua experiência na Corte e no executivo, Dino foi convidado para participar do painel sobre “Desafios e Perspectivas da Segurança Pública na Visão do STF e STJ”, uma proposta da CMFor de abrir um espaço para discutir um assunto que, como pesquisas vêm mostrando, preocupam cada vez mais os brasileiros.

Mas, antes mesmo de trazer uma perspectiva jurídica, apontar as matérias que estão aquecidas na Suprema Corte e mostrar o seu olhar sobre as possíveis políticas que possam ser adotados em relação à segurança pública, o ministro foi enfático: “Muito provavelmente, nem nós, nem nossos descendentes viveremos numa sociedade sem crimes”. A frase, ao mesmo tempo impactante, aparece numa expectativa de esperança. “Claro que desejamos e devemos ser movidos por isso (pelo fim da criminalidade). Só é possível chegar perto do ideal desejando. Se nós nos acomodarmos aos

problemas, nada muda”.

Na visão do ex-governador do Maranhão, mesmos os crimes considerados menos graves, como furto e roubo de celulares, são um assunto sério para a população. “Depende, obviamente, da capacidade econômica de quem tem seu celular roubado ou furtado”, disse Dino, que completou: “Uma pessoa de classe média alta, que tem seu celular, vai na loja e pega outro. Para uma diarista, um porteiro, um estudante, que ainda está pagando o aparelho, isso é grave. Não existe crime pequeno. Existe a infração penal de menor potencial ofensivo do ponto de vista jurídico, mas, para a vítima, todo crime é grande”, completa.

PREVENÇÃO X REPRESSÃO

O ministro do STF acredita que a sociedade criou uma falsa contradição entre prevenção e repressão. “Elas não são excludentes, são complementares. Uma não vive sem a outra”, enxerga. Para Dino, ampliar as políticas sociais, reduzir a desigualdade social e aumentar a inclusão, seguem sendo as principais saídas para melhorar a segurança pública. “Isso é indiscutível”.

Usando o exemplo da educação, em

“NÃO EXISTE CRIME PEQUENO. EXISTE A INFRAÇÃO PENAL DE MENOR POTENCIAL OFENSIVO DO PONTO DE VISTA JURÍDICO, MAS, PARA A VÍTIMA, TODO CRIME É GRANDE”

FLÁVIO DINO, MINISTRO DO STF

especial os resultados do Ceará, Dino enxerga que só as políticas de prevenção não têm sido suficientes. “Nenhum estado brasileiro investiu tanto e obteve tantos resultados positivos (na educação) quanto o Ceará. Mas se o Ceará avançou em ocupar o primeiro lugar na educação, por que isso não refletiu nas taxas de criminalidade e de violência?”, provoca.

No Ceará, segundo os dados levantados pelo Comitê de Prevenção e Combate à Violência da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, foram registrados 37.051 homicídios, entre os anos de 2014 e 2023. O ano de 2017 detém o recorde negativo desse período, com 5.133 mortes. O Estado foi tendo uma redução nos dois anos seguintes e voltou a crescer em 2020, superando 4 mil assassinatos.

Flávio Dino: ministro do STF discutiu saídas para a segurança pública em evento na CMFor. FOTO: Lula Marques/Agência Brasil



Contudo, houve uma nova redução nos dois anos seguintes e, em 2023, assim como em 2022, o Ceará teve 2.970 homicídios. Já em 2024, entre 1º de janeiro e 12 de junho, foram registradas 1.554 vítimas de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI), sendo 204 adolescentes (10 a 19 anos). Comparado ao mesmo período do ano passado, houve um aumento de 21,69% para a população geral e de 22,16% entre os jovens.

“Essa é a prova prática que não há saída simples para problema complexo e nem há uma relação mecânica, automática, entre uma coisa e outra. Mostrando que o pilar central, insubstituível, que é a educação, não pode agir sozinho. Precisamos superar essa polarização entre prevenção e repressão. Sem extremismos. Segurança não é a saída do tiro a esmo, sem planejamento, matar as pessoas com balas ‘perdidas’. Mas segurança não é apenas política social. Não é e não foi em nenhuma sociedade do mundo”, argumenta Flávio Dino.

Ainda complementando isso, o ex-ministro da Justiça e Segurança Pública fez um paralelo entre o debate sobre aumentar o policiamento ostensivo em detrimento da polícia de inteligência e vice-versa. “Sem dúvida, uma investigação bem feita é decisiva. Porém, apenas a investigação não resolve e por uma razão simples: o investigado nem sempre colabora. A inteligência não exclui o uso da força, que tem que ser moderado, proporcional e progressivo”, justificou.

CONTEXTO BRASILEIRO

Diferente dos Estados Unidos da América, formado a partir de colônias quase soberanas, que se aglomeram numa Confederação, o Brasil tem em sua formação um estado central, que buscou garantir a unidade territorial. Isso gerou, na avaliação de Dino, uma tradição de força primacial do ente central, que mesmo com a progressiva descentralização das competências aos entes subnacionais — estados e municípios — ainda perdura. E o que isso tem a ver com a segurança pública?

O Sistema Único de Saúde (SUS) foi criado, a partir da Constituição de 1988, como um mecanismo para tornar a saúde pública universal totalmente financiada pelo Estado, com participação de todas as unidades federativas, União, estados, Distrito Federal e municípios, com participação popular e controle social dentro de sua gestão. Da mesma política de descentralização também nasceu o Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

“Na segurança, historicamente, prevaleceu a ideia de que os estados são os principais donos do problema. A esfera federal, com suas polícias, com papel subsidiário. Os municípios, tradicionalmente, se imaginava que nada tinham a dizer e fazer em matéria de



Guarda Municipal: Dino reforça importância da instituição para policiamento comunitário. FOTO: Divulgação/PMF

“PARA O CIDADÃO, NÃO INTERESSA SE É MUNICIPAL, ESTADUAL OU FEDERAL, ELE É PORTADOR DO DIREITO FUNDAMENTAL À SEGURANÇA”

FLÁVIO DINO, MINISTRO DO STF



segurança. Essa é a tradição brasileira”, define o ministro do STF.

Dino pensa que o modelo atual deve ser repensado, até pelas mudanças que ocorreram nos últimos 30 anos. “As pessoas passaram a morar mais nas cidades que no meio rural. Se as pessoas passam a morar nas cidades, em condições, na maior parte das vezes, precárias, a violência urbana cresce”. Então, ele questiona: é possível continuar com o papel tradicional da segurança no País? “Não! A realidade é quem diz isso”, completa.

ATUAÇÃO MAIS PRÓXIMA

Em 2018, o Congresso Nacional aprovou a criação do Sistema Único de Segurança Pública (Susp), implantado pela Lei nº 13.675/2018 e sancionada em 11 de junho. A proposta prevê, além do compartilhamento de dados, operações e colaborações nas estruturas federal, estadual e municipal. Assim, policiais civis, militares e federais, as secretarias de Segurança e as guar-

das municipais serão integrados para atuar de forma cooperativa e sistêmica. Porém, a Política tem previsão de ser estabelecida por até 10 anos e, na prática, pouco avançou.

Mas é justamente dentro da cooperação entre os entes federativos que Dino se atém. Na sua avaliação, por exemplo, é necessário ampliar o papel das Forças Armadas nas fronteiras brasileiras, pois o efetivo da Polícia Federal é insuficiente. “Eu chefiar a Polícia Federal e, se numa operação eu conseguia mobilizar 50 agentes, o Exército colocava mais de 1 mil. Eles têm um efetivo de quase 400 mil pessoas. E não vamos usar isso por quê?”, questiona.

O pensamento de utilizar as Forças Armadas apenas em caso de guerras, por exemplo, tem que ser revisto, na sua visão. “Alguém acha que um exército de um país vizinho vai invadir o Brasil? Isso está no horizonte tangível? Não. Qual é a guerra que ameaça a so-

berania brasileira? É o narcotráfico, as organizações criminosas brasileiras e de outros países, o tráfico envolvendo crimes ambientais, o tráfico de armas. Isso é perda de soberania. Há porções do território brasileiro sob autoridade de organizações criminosas mais que sob autoridade do Estado. Não podemos dispensar o recurso das Forças Armadas nas fronteiras”, acrescenta.

Na outra ponta, Flávio Dino defende uma aproximação maior entre a comunidade e os agentes de segurança. Dentro disso, entraria o papel dos municípios. Atualmente, a maioria do Superior Tribunal de Justiça (STJ) entende, por exemplo, que as ações das guardas municipais devem se restringir a proteger bens, serviços e instalações municipais, não sendo autorizadas a atuar como uma verdadeira polícia para reprimir e investigar a criminalidade urbana ordinária. O STF está indo em outra direção.

“Se vamos e devemos fortalecer esse papel nas fronteiras, temos que, por outro lado, fortalecer aquilo que se chama de polícia de proximidade ou polícia comunitária”, enxerga o ex-ministro da Justiça e Segurança Pública, que completa: “Todos os países do mundo, EUA, Canadá, Itália, Portugal, Espanha, que fizeram policiamentos comunitários, melhoraram. Creio que o embrião desse policiamento de proximidade são as guardas municipais. Mas não são uma crença de agora. É uma crença de sempre”.

“Para o cidadão, não interessa se é municipal, estadual ou federal, ele é portador do direito fundamental à segurança. E o que tenho dito e considero é que nas vias urbanas, nas praças, o guarda municipal pode e deve atuar, quase como se fosse uma polícia municipal, para ser a polícia de proximidade que o Brasil precisa. Não para excluir as polícias estaduais. Jamais. São coisas diferentes, papéis diferentes”, acrescenta Dino.

FORTALEZA

MAIS SEGURA!

A Câmara busca garantir uma vida mais segura para os cidadãos. Podemos tornar Fortaleza mais protegida e tranquila para todos.





CÂMARA MUNICIPAL DE
FORTALEZA

BRASILEIRO ESTÁ INSATISFEITO COM A SUA SEGURANÇA, MOSTRAM PESQUISAS



Segurança pública é vista pela população como um dos principais problemas do país.
FOTO: Natinho Rodrigues

LEVANTAMENTOS DA QUAEST E DA MULTINACIONAL IPSOS REGISTRARAM UM AUMENTO DA PREOCUPAÇÃO DA POPULAÇÃO COM O PROBLEMA DA INSEGURANÇA NAS CIDADES

Uma pesquisa da Quaest, divulgada no último mês de maio, apontou a violência como o terceiro maior problema do país. É apontada por 17% dos entrevistados, quase empatada com a saúde (19%, que costuma liderar levantamentos do tipo) e superando, por exemplo, preocupações com a corrupção (9%) e a educação (8%). A economia liderou o estudo, com 23%.

A segurança pública, no entanto, apresentou um salto, já que a preocupação dos brasileiros com o tema, em dezembro de 2023, afligia 10% dos entrevistados.

As queixas da população contra a insegurança nas cidades também foram registradas em uma pesquisa do mês de março. O levantamento Global Happiness 2024, da multinacional de pesquisa Ipsos, colocou o Brasil como o país mais frustrado em relação à segurança pessoal, entre 30 países pesquisados. Apenas 53% dos entrevistados no país se disseram satisfeitos com o nível de segurança, exatos 20 pontos percentuais abaixo da média global, com 73% da população satisfeita.

Como no levantamento da Quaest, um salto foi registrado entre 2023 e 2024, no caso, uma queda no índice de satisfação nacional de dez pontos percentuais. A pesquisa Global Happiness 2024 foi realizada entre 22 de dezembro de 2023 e 5 de janeiro de 2024, considerando respostas de 24.269 entrevistados online (1 mil deles, do Brasil). A margem de erro para o país foi de 3,5 pontos percentuais.

Fortaleza e o Ceará não estão fora desse cenário. Nos últimos meses, intensificou-se o debate em torno da segurança e multiplicaram-se as ações do poder público. Na Capital, a Prefeitura tem atuado para reforçar a segurança a partir da própria estrutura, ampliando os quadros da Guarda Municipal, investindo em armamento e outros equipamentos, de modo a garantir uma presença mais ostensiva no município.

O Estado também tem ampliado as forças de segurança e mudado de estratégia. Após uma troca de comando na Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS), o Governo tem promovido uma série de ações, na

tentativa de reverter índices negativos, em especial as taxas de homicídio e a atuação de facções criminosas.

GASTOS X EFICIÊNCIA

Não impressiona que a segurança pública esteja na ordem do dia e que, em estados como o Ceará, se anuncie como um tema forte no embate eleitoral de outubro. A falta de um sistema nacional de segurança estabelecido, capaz de frear o avanço de organizações criminosas internacionalizadas, as políticas estaduais que tentam reduzir índices altos de crimes violentos e os municípios que, muitas vezes, se veem em dificuldades de levar políticas públicas a territórios comandados pela criminalidade são alguns dos desafios a serem enfrentados.

Debates como o promovido pela Câmara Municipal de Fortaleza, no começo de junho, são fundamentais. Estratégias de combate ao crime e gestões eficientes não são resultados de avaliações simplistas da situação.

E o país não gasta pouco com segurança. Em levantamento internacional recente, o Brasil aparece entre os 30 pa-

íses que mais gastam com contenção, prevenção e combate à violência no mundo. Os dados são do Global Peace Index 2024, divulgado em janeiro deste ano pelo Institute for Economics and Peace (IEP).

O IEP considerou gastos diretos e indiretos com conflitos armados, violência, homicídio, suicídio, segurança interna e privada, além de militarismo. Somados, os custos no Brasil corresponderam a 11,08% do Produto Interno Bruto (PIB), deixando o país na 29ª posição na relação percentual entre custo econômico da violência e soma das riquezas produzidas no período. As primeiras posições são ocupadas por nações em guerra, com conflitos internos (guerra civil) ou altamente militarizadas, começando pela Ucrânia (68,52% do PIB), seguida de Afeganistão (53,19%), Coreia do Norte (41,57%) e Somália (39,78%).

O relatório do IEP também revelou que o Brasil é o terceiro país mais inseguro da América do Sul, ultrapassado apenas por Colômbia e Venezuela. No ranking global, o país ocupa a 131ª posição.



O papel das guardas civis municipais na segurança pública tem sido objeto de discussão entre o Supremo Tribunal de Justiça (STJ) e o Supremo Tribunal Federal (STF). Diferentes teses postulam até onde deve ir a atuação dos agentes. Na Capital, a atual gestão tem reconhecido a importância da Guarda e ampliado o seu número de agentes. No último mês de maio, 219 novos guardas tomaram posse, enquanto na última quinta-feira (27) foram empossados mais 255 profissionais.

Além de aumentar o efetivo, a gestão municipal anunciou, no final do último mês, o programa Mais Segurança, que prevê novos equipamentos, reforço nas ações de videomonitoramento e de patrulha e a aquisição de armamento para os guardas — atualmente, 800 agentes contam com porte de arma de fogo e, portanto, estão aptos a atuarem usando esse tipo de instrumento letal.

De acordo com o prefeito José Sarto (PDT), o Município está em processo de aquisição de 400 novas armas. Também serão incorporadas pela corporação 99 novas viaturas e 57 motocicletas.

Ao anunciar os investimentos, o gestor ressaltou que o contexto atual de insegurança requer um novo olhar do poder público. “Hoje, não basta fazer areninhas, construir escolas de ensino integral e promover os nossos professores, construir novos Cucas, fazer o passe livre para todos os estudantes. Nada disso basta, porque, nos últimos 10 anos, Fortaleza passou a enfrentar um novo inimigo, que aterroriza os bairros populares e que, por onde passa, espalha droga, vício e morte: as facções criminosas”, argumentou.

AMPLIAÇÃO

O investimento na ampliação do efetivo foi a estratégia utilizada pelo Município para dar a sua contribuição ao problema. Isso se deu a partir do concurso público que ofertou, ao todo, 1 mil vagas. Com quase metade sendo convocada nas duas primeiras turmas, a expectativa é que o restante seja empossado até o fim do ano. O Curso de Armamento e Tiro já foi iniciado por parte desse novo efetivo.

Atualmente, a Guarda Municipal de Fortaleza (GMF) possui 2.608 servidores, sendo 1.747 guardas municipais, 654 subinspetores e 207 inspetores. Com a posse das próximas turmas, o número deve ultrapassar 3 mil. Antes de colocá-los em serviço, a Secretaria de Segurança Cidadã (Sesec) realizou, em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, um curso de formação que durou o período de dois meses.

Foram ministradas disciplinas como conhecimentos jurídicos e específicos sobre a Guarda Municipal; técnicas de busca, algemamento e abordagem a pessoas e veículos; condicionamento físico; geoprocessamento de informações



O prefeito José Sarto, na inauguração da sede do Grupo de Operações Especiais da Guarda Municipal. FOTO: Marcos Moura/PMF

FORTALEZA OPTOU POR AMPLIAR EFETIVO DA GUARDA MUNICIPAL A PREFEITURA EMPOSSOU, RECENTEMENTE, QUASE 500 NOVOS AGENTES. PARTE DELES ESTÃO SENDO CAPACITADOS PARA O USO DE ARMA DE FOGO

criminais, urbanas, socioeconômicas e a atuação local; noções de segurança cidadã; uso seletivo da força; técnicas de acolhimento e mediação cidadã; prestação de assistência à pessoa em situação de vulnerabilidade; rotina operacional de serviço em postos fixos e de serviço móvel; legislação internacional sobre direitos humanos, entre outras.

Ao fim da capacitação, uma avaliação é aplicada com 60 questões de múltipla escolha e com caráter eliminatório. Ao todo, são quatro horas de prova. Os alunos têm que acertar, no mínimo, 60% das questões para conseguirem a aprovação. Os novos guardas foram lo-

tados, inicialmente, nas Inspetorias de Salvamento Aquático (ISA), Segurança Escolar (ISE), Ciclopatrulhamento (Iciclo), Proteção Ambiental (IPAM) e no Grupo Tático Motorizado (GTAM).

Além do aumento de efetivo, a Sesec já fez a aquisição de 20 novas viaturas, 3 jetskis, 1 quadriciclo, além dos novos seis postos da Inspetoria de Salvamento Aquático, o retorno do Ciclopatrulhamento na Beira-Mar e Praia do Futuro, o protocolo entre as guardas do Ceará e a criação do Grupo Especializado Maria da Penha, com 50 guardas municipais, sendo 30 agentes femininas.

GRUPO DE OPERAÇÕES ESPECIAIS (GOE)

Há duas décadas, a GMF possui uma equipe especializada em controlar situações de distúrbios civis, o Grupo de Operações Especiais (GOE). Com efetivo formado por servidores treinados, suas ações são voltadas ao ordenamento de grandes manifestações, principalmente para assegurar os direitos de expressão e a preservação do patrimônio público.

O GOE atua em diversas atividades, entre permanências, ações de controle da ordem, apoio a operações de reintegração de posse ao Município, dentre outras. Por ser considerado diferenciado e estratégico, o grupamento mantém equipes circulando nas ruas da cidade, além de um efetivo aquartelado pronto para agir em situações emergenciais.

Justamente nesta política de ampliação de investimentos, o GOE foi contemplado com um novo prédio, tendo dois pavimentos com 667,53m² de área construída. Nele, há uma central específica de videomonitoramento para o atendimento dos bairros Gentilândia, Benfica, Jardim América e Damas, já que são áreas de grande circulação de pessoas e oferta de serviços.

“A entrega é a realização de um sonho. Há pouco mais de 10 anos, eu sonhava com uma Guarda Municipal com escalas realizadas de maneira eficiente e com uma sede fixa. Isso finalmente aconteceu. Agora nós temos a dignidade de ter um local limpo e organizado, para que a gente saia para a rua, faça nosso serviço e possa descansar tranquilo”, comemorou o comandante-geral do GOE, o inspetor Luís Valdecy.

LUIZ FÁBIO PAIVA:

“O DEBATE DE SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL FOI DETERIORADO”

SOCIÓLOGO E COORDENADOR DO LABORATÓRIO DE ESTUDOS DA VIOLÊNCIA (LEV/UFC) FALA DOS DESAFIOS PRESENTES E HISTÓRICOS PARA SE ENFRENTAR AS FACÇÕES NO CEARÁ

A ONU (Organização das Nações Unidas) considera que uma região tem epidemia de homicídios quando ultrapassa o teto de 10 mortes para cada 100 mil habitantes. O Ceará, segundo os dados divulgados pelo Atlas da Violência 2024, realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), a taxa é 39 homicídios/100 mil habitantes. Para um problema complexo, não há soluções simples. É justamente por isso que conversamos com o sociólogo Luiz Fábio Paiva, professor do Departamento de Sociologia da Universidade Federal do Ceará. O pesquisador coordena o Laboratório de Estudos da Violência (LEV/UFC).

OPINIÃO CE: O crime se organizava em gangues, quadrilhas de traficantes e, mais recentemente, as facções, que agem de forma mais fragmentada. Numa leitura histórica, como o crime ficou tão organizado?

A gente tinha no Ceará uma configuração do crime que era muito difusa. Existiam várias quadrilhas de traficantes, dentro dos bairros, que repartiam áreas. Os bairros já tinham essa divisão, que caracterizava algumas comunida-

des. Antes delas, existiam gangues que tinham essa identificação do território. As quadrilhas incorporam essa identificação territorial. Existia o conflito entre esses grupos pelo mercado ilegal de drogas, mas fortemente marcado pela identidade. Era um conflito muito estático. Entre o final de 2015 e o início de 2016, tivemos uma reorganização desses grupos armados em facções.

OPINIÃO CE: O que mudou das antigas quadrilhas para as facções? Muda, sobretudo, a estruturação das relações sociais entre quem pratica determinadas atividades criminais.

Vocês tinham quadrilhas que eram alimentadas pelo mesmo grupo. O PCC, por exemplo, tinha uma determinada quantidade de drogas que vendia para vários grupos locais, os quais compravam dos mesmos fornecedores e, dentro dos bairros, eram inimigos. Era um mercado pulverizado. Com as facções, há uma reorganização. Criou-se uma rede que, de certa forma, é de proteção do grupo, tem metodologia de trabalho, uma lógica. Uma organização que vende drogas e armas para uma facção não faz negócio com aquela quadrilha do bairro, com aquele traficante; ele faz negócio com uma rede, chega a grupos e subgrupos que atuam em diferentes territórios, mas possuem a mesma unidade. Na forma anterior, existiam acordos, mas era todo mundo meio pulverizado. Agora, não. Existe sim uma unidade que facilita uma série de trânsitos e negócios, pois existe um método.

OPINIÃO CE: Do que se trata esse método?

Uma facção funciona como comunidade moral e política.

Existe nela um afeto, um sentimento de pertencimento e uma estrutura com lideranças, com um conselho, uma dinâmica de trabalho que, de certa maneira, faz que eu possa encadear logicamente uma série de fluxos. Posso assumir compromissos de negociar grandes quantidades de drogas, de consórcios, nos quais vários grupos estão ali comprando em grande quantidade, e faço o gerenciamento dessa distribuição. Então, a facção permite que se negocie no mercado nacional e internacional de uma maneira diferente de um pequeno grupo, porque ela consegue fazer negócio numa escala que um grupo menor não consegue. Isso possibilita novos arranjos.

OPINIÃO CE: Temos observado uma naturalização de crimes violentos entre “bandidos” ou “envolvidos”. Quais as consequências disso?

Quando um homicídio é traduzido como “acerto de contas” entre bandidos, muitas vezes não há mobilização de responsabilização em torno daquele caso. Como é um bandido, não vou gastar tempo e recurso para fazer isso. Essa é uma visão que faz parte do imaginário do operador de segurança da Justiça, da população em geral. Só que isso gerou um problema. Isso fez que sistemas de vingança entre bandidos se desenvolvessem no Ceará, de tal modo que essas pessoas passaram a acreditar que o homicídio é um caminho válido e legítimo para que eles resolvam seus conflitos e realizem acerto de contas. Há homicídios por coisas fúteis, banais. Existe uma série de homicídios, hoje, porque as pessoas têm plena convicção que o Estado não vai interferir, responsabilizar da maneira que deveria os responsáveis por esse tipo de crime. Quem está envolvido na prática de crimes não pode ter essa crença, essa confiança de que vai fazer isso e permanecer impune. Muitas vezes, o que acontece é que, quando tem um homicídio, se prende de maneira generalizada, mas para aquele que mandou, cometeu, não há uma sinalização evidente de que aquele crime não será

Luiz Fábio Paiva:
“Naturalização da narrativa de ‘acerto de contas’ alimenta cadeia de homicídios.”

FOTO: Alece/Divulgação

“QUEM ESTÁ ENVOLVIDO NA PRÁTICA DE CRIME NÃO PODE TER ESSA CRENÇA, ESSA CONFIANÇA, DE QUE VAI FAZER ISSO E PERMANECER IMPUNE”

LUIZ FÁBIO PAIVA,
COORDENADOR DO LEV

tolerado, que esse tipo de prática não será tolerada. Se não é dada uma gravidade, um peso ao tratamento desse tipo de crime como deveria ser dado, ele vai acontecer, mais cedo ou mais tarde.

OPINIÃO CE: Falta um entendimento do poder público de que isso é uma tarefa multidisciplinar?

Não é uma falta de visão. O que acontece é que o debate de segurança pública no Brasil foi deteriorado pela agenda política/eleitoral. Hoje, o político profissional não está preocupado em resolver o problema de segurança pública, ele está preocupado em ter uma solução ali de que passe a ideia de que “estamos fazendo alguma coisa”. A extrema direita trouxe uma agenda de violência: mais polícia, mais viatura. Nenhuma sociedade do mundo resolveu problemas de segurança pública com viatura, com ronda. Crimes como esses das facções envolvem um sistema organizado. Eu preciso entender esse sistema, decifrar esse sistema, entender as fragilidades dele e atuar para interromper a sua reprodução. Envolve um trabalho longo, de várias escalas; envolve pensar um sistema de proteção social onde as pessoas se sintam seguras, não validem a ideia de que o território é dominado, um sistema de justiça que dê respostas rápidas à sociedade, contundentes, que encontre respaldo social e confiança de que seu trabalho é feito. Nada do que estou te falando dá voto.

OPINIÃO CE: Algum estado foi num caminho inverso, em outro olhar, e teve resultado positivo?

No Brasil, há várias experiências positivas. Hoje, São Paulo tem um índice baixo de homicídio. Pernambuco tem uma experiência interessante, com o Pacto pela Vida. O Ceará teve experiências interessantes, como o próprio momento de investir numa segurança

cidadã, na promoção de conferências livres de segurança pública. O Governo Federal, no primeiro mandato de Lula, assumiu esse compromisso e teve um grande trabalho sendo feito, com investimento, pela Secretaria Nacional de Justiça, mas o que a gente observa, em geral: nós temos um fenômeno que é nacional.. As facções não são um fenômeno do Ceará e isso se expandiu por quase todos os estados brasileiros. Tem até situações em que você tem menores índices de violência, mas há operacionalização no interior desses estados. O que é possível observar é que existem lugares que, ainda que com violência, não experimentaram a mesma violência que está acontecendo no Ceará e em outras regiões do Nordeste. Na minha percepção, isso se dá porque a maneira que esses mercados se organizam envolve a crença de usarem o recurso da violência letal como método.

OPINIÃO CE: Há um motivo claro para que, no Nordeste, os índices tenham aumentado tanto?

O desenvolvimento social traz alguns problemas, entre eles, a maior circulação de drogas. A região se tornou um mercado interessante. Não só para chegar nos estados e sair, mas de circular internamente neles. A circulação permitiu a organização de grupos no interior dos estados e eles passaram a disputar o mercado de maneira violenta. Existem experiências no Brasil, em São Paulo, que tem mercados ilegais de drogas, só que tem um tipo de convivência, outro tipo de controle social realizado pelos próprios grupos. Acho que, no Nordeste, quando esses grupos se estruturaram e passaram a disputar espaço, houve uma escalada da violência muito abrupta, por conta desse uso do homicídio como uma ação indiscriminada. O PCC vai considerar que o homicídio é para ser feito como último recurso, porque atrai para si menos atenção. Aqui, acha que não faz diferença. Não tem um freio para regular essa ação de que o homicídio não seja um recurso tão utilizado de maneira tão indiscriminada como tem sido. Claro que isso não explica tudo, mas é um elemento.

OPINIÃO CE: E aí entra o sistema de Justiça de cada estado...

Há uma fragilidade histórica no sistema de justiça e incapacidade de responsabilizar de maneira adequada. A Lei Maria da Penha é um exemplo. Se comete homicídio e o crime prescreve, porque o sistema não consegue dar conta. Inclusive, a nossa Polícia Civil é extremamente precarizada. Não é uma ironia? Se fala em mais contratações de policiais, mas nossa Polícia Civil, que realiza um trabalho importante na responsabilização, tem uma situação de contingência altamente deficitária.



ARTIGO

COMPLEXA, SINUOSA E VOLÁTIL

Passado um terço do Governo, Elmano de Freitas realizou várias mudanças executivas. A de maior repercussão foi na segurança pública com câmbios de gestor, narrativa político-ideológica e ações operacionais, além da criação de um “comitê” formado pelos atuais integrantes do isolado Conselho Estadual de Segurança Pública (CONSESP) instituído em 1993.

As pesquisas de opinião apontam a segurança pública como o grande problema da população brasileira e não afeita a análises reducionistas, projetos populistas, atalhos experimentalistas e saídas paliativas. A OMS-ONU registra que a média mundial de homicídios é 6 por 100 mil habitantes e considera “Taxa Epidêmica de Violência” mais de 10 homicídios por 100 mil habitantes. Neste século, o Ceará protocola média acima de 30 homicídios por 100 mil habitantes, mesmo com a ampliação, ano a ano, dos recursos orçamentários, humanos e técnicos. Tais indicadores de “Hiper-Criminalidade” inapelavelmente depõem contra a paz social, os investimentos econômicos, a imagem turística e a eficiência administrativa do Ceará.

Pelo “princípio das responsabilidades federativas”, a segurança pública tem como eixos comuns a Repressão Qualificada (Estado e União, e residualmente Município), a Prevenção Delitiva (Município, e supletivamente Estado e União) e a Prevenção e Socorro de Sinistros (Município, e supletivamente Estado e União). Já as causas da Violência, Criminalidade, Marginalidade (VCM), o conjunto dos delitos que atentam contra a vida, a liberdade e o patrimônio público, coletivo e privado são de matizes Endógenas (forças coercitivas), Exógenas (demais poderes e sociedade) e Aleatórias (tréguas ou conflitos entre as facções criminosas).

Toda política setorial contempla Diagnóstico, Orçamento, Estratégia e Rol Tático, Desenho Institucional, Recursos Humanos e Técnicos, Parceiros, Bases Territoriais, Metas, Impactos, Custos-Benefícios, Resultados, Monitoramento e Avaliação. No caso da segurança pública, que engloba Direitos Humanos, defesas Social e Civil, administrações Penitenciária e Socioeducativa, Drogas e Justiça Criminal, nem a União, os 27 Estados e os 5.568 Municípios brasileiros possuem doutrina cristalizada, estratégia permanente e blocos de metas expostas normativamente. No máximo, planos táticos soltos, romantizados e movidos pelos timings contingentes dos governos.

Urgente um redesenho doutrinário e institucional visando a sincronia federativa do Estado do Ceará e suas 184 cidades com o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) e o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI). E o adiado óbvio: definir a estratégia e as metas da segurança pública para que tal política de Governo se transforme em política de Estado. Como cidadão, torço pelo êxito de todos os gestores. Enquanto cientista vaticino: a eterna mudança de cadeiras na segurança pública (nacional e cearense) esconde o fracasso de seu “voo de galinha” marcado pela oscilação de índices, custos, espaços e discursos.



LAÉCIO NORONHA XAVIER
ADVOGADO, PROFESSOR E AUTOR
DE “GANGORRA”





A **segurança** se constrói com a soma
de esforços e ações coletivas.

**CÂMARA E VOCÊ, JUNTOS POR
UMA FORTALEZA MELHOR.**



CÂMARA MUNICIPAL DE
FORTALEZA